

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ LESTE (SECRETARIADA) –**
2 **GRAVAÇÃO DISPONÍVEL** – No dia 30 de novembro de 2023, quinta-feira às 14 horas por
3 videoconferência, reuniram-se os membros do Subcomitê Trecho Leste com os pontos de
4 pauta: **1) Aprovação de pauta; 2) Aprovação de ata do dia 19/10/2023; 3) Discussão e**
5 **aprovação das atividades do subcomitê na Programação Anual de Atividades e**
6 **Desembolso 2024.** Iniciada a reunião, com quórum de segunda chamada, às 14h15min, o Sr.
7 Halphy Rodrigues passou diretamente ao item. **3) Discussão e aprovação das atividades do**
8 **subcomitê na Programação Anual de Atividades e Desembolso 2024.** A sra. Carolina
9 Martins iniciou sua apresentação, contextualizando, sobre o que é a PAAD (Programação
10 Anual de Atividades e Desembolso) e sua metodologia. Explicou a Governança e o
11 Gerenciamento dos Recursos Hídricos, o funcionamento das reuniões secretariadas pela
12 AGEVAP, a contratação da empresa responsável pelos “coffee break”, ao qual cada subcomitê
13 terá direito em suas reuniões. Assim como o funcionamento da participação dos membros do
14 comitê em eventos externos, cursos e qualificações relacionadas à gestão de recursos hídricos
15 e no campo ambiental. Além de apresentar o andamento e orçamento dos itens a seguir: edital
16 de apoio à pesquisa e extensão, manutenção do escritório de projetos e custeio da entidade
17 delegatória. Explicou, detalhadamente, a implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos
18 de gestão como o SIGA-BG, o diagnóstico participativo com vistas à elaboração e
19 implementação dos instrumentos de gestão. Explicou a compatibilização do balanço hídrico.
20 Em seguida falou, detalhadamente, sobre os projetos que o subcomitê Leste está envolvido,
21 apresentando o status e o orçamento de cada um deles, que são eles: o edital de saneamento
22 alternativo e contratação da gerenciadora. Sobre esse tema, o sr. Halphy Rodrigues
23 complementou a explicação da sra. Carolina Martins. Em seguida explicou sobre o
24 monitoramento qualitativo-quantitativo na região da Baía de Guanabara, o monitoramento para
25 governança da Baía de Guanabara, a ampliação do monitoramento, contaminantes
26 emergentes e avaliação da carne de pescado, o monitoramento do vírus entéricos e
27 monitoramento de floração de algas nocivas em parceria com o INEA, a construção da base
28 de dados de levantamento bati-altimétricos das lagoas e da Baía de Guanabara, estudos e
29 parâmetros oceanográficos, o projeto de fortalecimento da cadeia de reciclagem e estudo sobre
30 vocação de consórcios entre municípios do Leste na gestão de resíduos sólidos, o pagamento
31 por serviços ambientais em Cachoeiras de Macacu – Programa Produtor de Água. Sobre os
32 projetos, surgiram alguns questionamentos, mas foram respondidos prontamente. Em seguida,



33 explicou o edital de projeto de educação ambiental, a gerenciadora para o edital de educação
34 ambiental, a produção de material e conteúdo gráfico, a produção de brindes, a confecção de
35 história em quadrinhos, o plano de drenagem para regiões vulneráveis a eventos externos RH-
36 V. Falou sobre o recurso disponível para 2023, no valor de R\$ 9.329,830,71 e a precisão e
37 arrecadação para o ano de 2024, no valor de R\$ 3.002.400,00 e o recurso total a ser deliberado
38 no valor de R\$ 12.332.230,71. Apresentou a sugestão da secretaria executiva para o subcomitê
39 Leste: ampliação de ações de saneamento alternativo no valor de R\$ 2.500.000,00, a
40 ampliação do PSA Sugestão no valor de R\$ 1.200.000,00. Para a recuperação de nascentes e
41 reflorestamento não chegou a nenhum valor sugestivo e terá que discutir a cerca com o
42 subcomitê. Sobre o projeto de fortalecimento da cadeia de reciclagem e estudo sobre vocação
43 de consórcios entre municípios do Leste na gestão de resíduos sólidos, ampliar para o valor de
44 R\$1.200.000,00 ou redefinir. Em seguida, os membros fizeram perguntas a cerca dos valores,
45 na qual todas foram respondidas. O sr. Thiago Leal sugeriu que a recuperação de nascentes e
46 o reflorestamento fossem unidos e se transformariam em uma ação única Ação de
47 Recuperação Ambiental ou um termo mais genérico e complementou, informando o que já
48 temos pré pronto é o saneamento alternativo e se pensando em execução, é uma ação que
49 deve ser investida muito mais pela sua importância. E que fosse reservado um valor para ação
50 de recuperação ambiental onde abrange a recuperação de nascente e reflorestamento em
51 um bloco único e que fosse visto o que seria interessante em termos de valores. Tendo em
52 vista o que se tem em andamento, o escopo mais interessante é o saneamento alternativo. A
53 sra. Carolina Martins perguntou se a proposta feita pelo sr. Thiago Leal era o cálculo único dos
54 recursos que envolvem a parte de reflorestamento e o PSA. O sr. Thiago Leal negou e falou
55 que a junção era do reflorestamento e a recuperação de nascentes, os dois em uma única
56 ação. A sra. Carolina Martins informou que isso é possível, e explicou que no caso da
57 recuperação de nascentes, dependendo da intervenção que for feita, o recurso poderá sair de
58 outras linhas também. Já o reflorestamento sai de uma linha específica, já que se trabalha com
59 o PAP e nele cada linha é especificada. Complementou falando que pode colocar o recurso
60 dessa forma, só é feita a distinção para saber de onde se origina o recurso. Para o montante
61 pode ser uma coisa única O sr. Thiago Leal falou que se poderia trabalhar assim: ações de
62 Recuperação Ambiental e dentro dessa linha se alocaria os recursos e eventualmente se
63 trabalharia tanto com a recuperação de nascentes quanto com o reflorestamento. A sra.
64 Carolina Martins confirmou que tem como trabalhar dessa forma, mas que, para fins de



65 cálculos, ela terá que fazer uma estimativa, por conta dessa separação de onde vêm os
66 recursos. Mas que para o montante pode se considerar um valor único, mas para demonstrar
67 no planejamento, será colocado separadamente. O sr. Halphy Rodrigues elogiou a proposta do
68 Thiago Leal. Em seguida o sr. João Alberto, perguntou qual o prazo que a sra. Carolina Martins
69 teria para levar essa informação. A Sra. Carolina Martins respondeu que seria até no dia
70 seguinte à reunião. O sr. João Alberto levantou a questão de que a sra. Carolina Martins havia
71 falado que não podia usar o recurso em outra rubrica, e falou que teve uma resolução que foi
72 aprovada recentemente no Comitê, na qual diz que a diretoria pode usar o recurso até sem
73 consulta e se for no mesmo macro programa. A sra. Carolina Martins informou que alteração
74 poderá ser feita, mas que o processo é mais burocrático, por isso, tenta-se trabalhar com o que
75 está escrito. É possível, inclusive, fazer a alteração do PAP como um todo, mas que só é feita
76 pro ano seguinte, hipoteticamente, caso chegue à conclusão de que o PAP, aprovado em 2023,
77 não serve e muito distante para o que se espera para o ano de 2025, a alteração conseguiria
78 ser feita até o meio do ano de 2024, após esse período, não seria possível. Sobre as linhas,
79 caso tenham semelhança, seria possível alterá-las. O sr. João Alberto manifestou sua
80 insatisfação com relação a resolução na qual retira o direito de voto. O Sr. Halphy Rodrigues
81 declarou que, por ser representante da diretoria no Leste, ficará com o compromisso de reportar
82 aos membros sobre esse tipo de decisão pelo Leste. Concordou com o sr. João Alberto e falou
83 que irá replicar essa questão da necessidade de se consultar, mesmo que através do diretor
84 responsável do subcomitê, antes de tomar decisão, pois o subcomitê precisa se manifestar em
85 virtude do direito ao voto e a autonomia do subcomitê, além de reforçar o seu compromisso
86 como diretor e representante do subcomitê Leste. A sra. Carolina Martins explicou que em
87 relação à resolução do PAP, a questão não é de diretoria, e sim que não precisa de aprovação
88 para utilizar saldo remanescente ou devolver saldo do mesmo programa, pois o dinheiro
89 colocado em conta tem rendimentos, e esses rendimentos podem ser utilizados para a mesma
90 ação, e informou que essa prática não é muito utilizada por causa do seu grau de dificuldade e
91 esses rendimentos são devolvidos para a mesma linha no subcomitê. O sr. João Alberto
92 informou ter consultado três outros comitês, com a mesma resolução, e nenhum deles
93 constavam esse item no artigo. O sr. Denis Rodrigues explicou sobre o reflorestamento e
94 recuperação das nascentes, que pela prática ele tem na ação socioambiental, o valor médio de
95 70 a 72 mil reais por hectare. Contando com 50 hectares totalizando o valor de R\$ 3.500.000,00
96 reais. Em seguida, explicou as áreas que serão reflorestadas e como recorrência seria utilizado



97 o método oficial, as áreas prioritárias, para produção de mananciais, foi um trabalho feito pela
98 SEAS (Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade). Inclusive é o estudo que dá a
99 base técnica para o Pacto pelas Águas. Afirmou que esse seria um bom começo, logo após,
100 poderia adotar novos critérios para poder distribuir essas áreas de restauração que inclui tanto
101 o reflorestamento como a recuperação das nascentes. Os membros declararam apoio a
102 sugestão do Denis. O sr. Elielson Teixeira que está fazendo um trabalho de conversa com
103 alguns colegas sobre o plano de manejo, explicou sobre a importância do plano de manejo para
104 os municípios e declarou a prioridade para o plano de manejo. A sra. Carolina Martins reforçou
105 a importância do plano de manejo e falou que possui recurso na linha e que se pode fazer a
106 alocação de recurso. E falou que no município do Rio o valor aproximado é de 420.000,00
107 reais, o sr. Halphy Rodrigues falou que o valor está na média já que o sr. Raoni havia estipulado
108 o valor de 385.000,00 reais. E pode estipular um valor médio de R\$ 400.000,00 reais para cada
109 Município. O sr. Elielson Teixeira falou que estamos falando sobre 8 (oito) municípios, e que
110 está fazendo um levantamento da quantidade das unidades de conservação e hierarquizando
111 cada um delas. E sobre os valores seria necessário mais. O sr. Halphy Rodrigues expressou
112 que enquanto se faz os estudos acima mencionados, seria necessário garantir, pelo menos, a
113 quantia de R\$ 400.000,00 reais para cada município. O sr. Elielson concordou e expressou que
114 deve-se colocar o máximo de aporte após o saneamento alternativo, no plano de manejo. A
115 sra. Carolina Martins explicou que o recurso que se tem na linha, para o subcomitê Leste o
116 valor máximo de R\$ 1.500.000,00 a R\$ 2.000.000,00 no ano de 2024, dando continuidade nos
117 próximos anos, ampliando recurso. O sr. Thiago Leal, expressou sobre a importância de aplicar
118 o máximo de recurso que puder, para ano de 2024. Os membros concordaram. Entre
119 discussões acerca do plano de manejo, foi decidido o valor de R\$ 3.000.000,00. Sobre os itens
120 de pauta 1 e 2, nada foi discutido. Entre assuntos gerais, a reunião foi encerrada às 16h55min,
121 eu, Maria Clara Pimentel da Silva, transcrevi esta ata e dou fé.

122
123
124

Niterói, 30 de novembro de 2023.

Halphy Cunha Rodrigues

R. da Quitanda, 185 - sala 402 - Centro,
Rio de Janeiro - RJ, Cep: 20091-005
(21) 97374-3674 (24) 3355-8389
cbhbaiadeguanabara@gmail.com
www.comitebaiadeguanabara.org.br



Andresse Gnoatto

Elielson Teixeira

Coordenação Colegiada do Subcomitê Leste

125 **Encaminhamentos:**

1. Adicionar o item 2 de pauta na próxima reunião.

126

127

Categoria Setor Público	Instituição	Representante
Federal	Conselho Regional de Biologia da 2a Região RJ/ES	Antônio Carlos Neves
Federal	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - Crea-RJ	José Alexandre Marins Leal
Federal	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - APA Guapimirim	Mauricio Barbosa Muniz
Municipal	Prefeitura de Rio Bonito	Murilo Balbino Valgueiro
Municipal	Prefeitura de Guapimirim	Wander de Souza Dias Guerra
Municipal	Prefeitura de São Gonçalo	Ramon Diego Barros de Almeida
Municipal	Prefeitura de Cachoeiras de Macacu	João Alberto Antunes
Municipal	Prefeitura de Itaboraí	Maiara José Araújo dos Santos/ Marcelly Nunes da Silva/Raoni Cardoso
Municipal	Prefeitura de Município de Tanguá	Elielson Teixeira da Silva
Municipal	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ	Maria Aparecida de Souza Resende
Municipal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – SMARHS – Prefeitura Municipal de Niterói- RJ	Thiago Leal
Abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto;	Águas de Niterói	Halphy Cunha Rodrigues
Abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto;	Águas do Rio 1 SPE S/A	Pedro Augusto de Araújo Freitas
Abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto;	Companhia Estadual de Águas e Esgoto - CEDAE	Jorge Luiz Marinho Muniz
	Associação dos Protetores do Mar	Andresse Maria Gnoatto



Entidade de classe	Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio de Janeiro - IAB-RJ	Pedro da Luz Moreira
Instituição de Ensino Superior	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF – Campus Itaboraí	Sheler Martins de Souza/ Rondinelle Mouta
Socioambiental	Instituto de Ação Socioambiental Cachoeiras de Macacu	Lorena Asevedo/Denis Rodrigues
Secretaria Executiva	AGEVAP	Maria Clara/Caroline Martins

128

LEGENDA		
Presente	Ausente	Ausência Justificada

Convidados:

Claúdio da Silva Teixeira

